



# Diário Oficial do **Município**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**

quarta-feira, 17 de junho de 2015

Ano V - Edição nº 00450 | Caderno 1

## **Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim publica**



Praça Rui Barbosa | 252 | Centro | Boa Vista do Tupim-Ba

[www.pmbovistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmbovistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
16572161A0912F17BAA81D413F1EBA5F

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

## SUMÁRIO

- Leis nº 628 e 629/2015.
- Edital nº 002/2015.

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Lei



## LEI Nº 628

de

26 de maio de 2015.

**Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, e os Municípios de Andaraí, Boa Vista do Tupim, Bonito, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itaetê, Lajedinho, Macajuba, Marcionílio de Souza, Nova Redenção, Ruy Barbosa, Utinga e Wagner com a finalidade de construir um Consórcio Público de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, visando implementar iniciativas de cooperação entre os federativos associados para atender as suas demandas e prioridades do plano da saúde pública assistenciais, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica ratificado, em todos os seus termos, o Protocolo de Intenção firmado entre o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Saúde do Estado, e os municípios de **Andaraí, Boa Vista do Tupim, Bonito, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itaetê, Lajedinho, Macajuba, Marcionílio de Souza, Nova Redenção, Ruy Barbosa, Utinga e Wagner** com a finalidade de constituir um Consórcio Público de Saúde, sob a forma de associação pública, entidade autárquica e interfederativa, nos termos da Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, visando a promoção de ações de saúde pública assistenciais, prestação de serviços especializados de média e alta complexidade, em especial: Serviços de Urgência e de Emergência hospitalar e extra-hospitalar; Ambulatórios especializados, Policlínicas; Centro de Especialidades Odontológicas – CEOs; Assistência farmacêutica, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, subscrito pelo Senhor Secretário da Saúde do estado da Bahia em vinte e nove de abril de 2015, nos termos do Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** O patrimônio, a estrutura administrativa e as fontes de receita da autarquia prevista nesta Lei serão definidos em seus respectivos Contratos de Consórcio, Programa e /ou Rateio, observando o

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



disposto nos arts. 4º e 8º e 13º da Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, regulamentados pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

**Art. 3º** É facultada a cessão de servidores dos entes consorciados, observada a legislação de cada um, com ou sem ônus para a origem e com a manutenção do regime estatutário originário, ainda que em estágio probatório e mediante Decreto do Chefe de Poder Executivo, para o Consórcio Público Indicado no art. 1º desta Lei, observando o estabelecimento nos Contratos de Consórcio, Programa e/ou Rateio a ele referentes.

**Parágrafo primeiro.** Não será incorporado aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela associação pública.

**Parágrafo segundo.** Se o ente consorciado assumir o ônus da cessão do servidor os pagamentos devidos ao mesmo deverão ser contabilizados com créditos hábeis para operar a compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

**Art. 4º** Fica autorizada a destinação de bens móveis e imóveis ao Consórcio Público objeto do art. 1º desta Lei, sob forma de cessão de uso e desde que vinculados ou de interesse das atribuições do Consórcio.

**Art. 5º** O Poder Executivo Deverá incluir, nas propostas orçamentárias anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras da execução desta lei.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, em 26 de maio de 2015.

**JOÃO DURVAL PASSOS TRABUCO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**MÁRIO BRITO FREITAS**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



## LEI Nº 629

De

17 de junho de 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Boa Vista do Tupim-Ba, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM-BA**, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º** É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

**Art. 2º** São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

**Art. 4º** O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



**Art. 5º** O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

**Parágrafo Único** - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

**Art. 6º** O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Boa Vista do Tupim-Ba e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e Conselho Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal:

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

**Art. 7º** Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

**Parágrafo único.** As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

**Art. 8º** O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



II- Consideram as necessidades específicas da população do campo, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

**Art. 9º** A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

**Art. 10º** Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 11º** Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

**Art. 12º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, em 17 de junho de 2015.

**JOÃO DURVAL PASSOS TRABUCO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**MÁRIO BRITO FREITAS**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Outros

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM

EDITAL 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS  
APTOS À PARTICIPAREM DO EXAME  
DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO NO  
PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO  
DOS MEMBROS DO CONSELHO  
TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO  
2016/2019 E DIVULGAÇÃO DO  
LOCAL E HORÁRIO DA PROVA.

1. DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS PARA PARTICIPAÇÃO NO  
EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO.

1.1 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Boa Vista do Tupim – Ba com base no Edital OO1/2015 do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019 e tendo em vista que não houve qualquer impugnação aos inscritos no referido processo, vem a público divulgar os candidatos aptos à participarem do exame de conhecimento específico com caráter eliminatório, contendo 20 (vinte) questões objetivas sobre a Lei 8.069/1990, nos termos do item 5.8 do Edital acima citado:

- Anatacia Costa dos Santos
- Angélica Santana da Silva
- Cleusa Muniz da Silva Sousa
- Eduardo Soares da Silva Nascimento
- Eliete Araújo de Souza
- Fabiana Santana de Oliveira
- Jailma Silva Andrade
- Jinalva Rodrigues Santos



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

- Jodavid de Sousa Santos
- Juscelino de Oliveira Pinho
- Mateus de Oliveira Barreto
- Roselane de Sousa Silva

## 2. DO LOCAL, HORÁRIO E INSTRUÇÕES DA PROVA:

2.1 - A prova será realizada no dia **05/07/2015 (domingo)**, no horário das 08h às 12 horas no Colégio Municipal Abraham Lincoln, localizada na Rua 18 de Fevereiro, s/n, centro, na sede do Município de Boa Vista do Tupim-Ba.

2.2 - Impreterivelmente às 07:45 min será fechado o portão do Colégio acima indicado, não sendo permitido o acesso ao local da prova pelo candidato que se apresente após esse horário. Não haverá segunda chamada.

2.3 - O candidato deverá comparecer ao local determinado para realização da prova munido de documento de identidade, com foto, e que tenha fé pública que garanta sua identificação, expedido por autoridade civil, profissional ou militar, estando os dois últimos dentro de seu prazo de validade e comprovante de inscrição. Não será aceito cartão de protocolo ou outro documento.

2.4 - Não será permitida a prestação de prova em data, horário e local diferente do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

2.5 - Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

2.5.1 - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas aos fiscais da prova;

2.5.2 - consultar livros ou apontamentos, utilizar-se de telefone celular ou qualquer outro aparelho eletro-eletrônico, bem como utilizar outros instrumentos similares;

2.5.3 - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia do fiscal;

2.5.4 - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

2.5.5 - tratar com descortesia os examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

2.5.6 – Lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;

2.5.7 – Não devolver integralmente o material solicitado aos auxiliares ou autoridades presentes;

2.5.8 – Ausentar-se do local da prova antes de decorrido o prazo mínimo de 60 (sessenta) minutos a partir do início da mesma.

2.6 – Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou pessoas estranhas ao certame, nas dependências do local onde forem aplicadas às provas.

2.7 – Caso ocorra algum fato citado anteriormente o estranho será obrigado a deixar as dependências do local de provas e o candidato poderá ser eliminado.

Boa Vista do Tupim-Ba, 17 de junho de 2015.

JOSÉ FRANCISCO CORREIA NETO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE BOA VISTA DO TUPIM